



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Aos dezesseis (16) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007), às quatorze horas e trinta minutos (14h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro", reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, constituído pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no Diário Oficial de Justiça do dia 11 de outubro de 2007 e composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcante, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento em exercício Marlene Pereira da Silva, Coordenadora de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi presidida pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos falando sobre a criação do Comitê através da Instrução Normativa 003/2007, atribuições e regras para o seu funcionamento, também propôs um sistema de rodízio dos membros para presidir as reuniões. Com a palavra, Dr. Alexandre sugeriu que Dr. Alcides presida as reuniões do Comitê, sendo acatada a sugestão por unanimidade. Em seguida, Dr. Cláudio exaltou a iniciativa de criação do Comitê e falou que a segunda administração de Doutora Janete deve voltar-se para os pontos distintos: o homem (capacitando os recursos humanos da Instituição) e a máquina (recursos tecnológicos). Ressaltou as qualidades de Doutor Alcides Jansen de visão e desenvoltura administrativa, razão pela qual teve a unanimidade dos votos para coordenar os trabalhos do Comitê, mas lembrou que, excepcionalmente, qualquer membro poderá presidir as reuniões. Destacou que Doutor Gustavo Amorim, é doutorando em Direito Administrativo Eletrônico, o que certamente será de grande valia para o Comitê e a Instituição ministerial, respectivamente. Retomando a palavra, Dr. Alcides Jansen designou para secretariar todas as reuniões do Comitê a Diretora de Planejamento, que ficará responsável pelo encaminhamento das correspondências, elaboração de pautas, lavratura de atas, dentre outras atribuições para o bom andamento dos trabalhos. Sugeriu que as reuniões ordinárias do Comitê sejam sempre

realizadas na primeira segunda-feira de cada mês e às nove e trinta horas, no auditório do Ministério Público, sendo a sugestão acatada por unanimidade. Na seqüência o Coordenador solicitou a COINF - Coordenadoria de Informática, máxima agilidade no levantamento do quantitativo de Equipamentos e Softwares existentes na Instituição. Com a palavra, a Coordenadora de Informática, Maria José, falou aos presentes da existência de uma Comissão criada para fazer o levantamento dos bens patrimoniais, inclusive com a participação de um técnico de informática como membro. Existe uma programação de viagem para todas as Promotorias de Justiça e Salas do Ministério Público nos Fóruns do Estado, com a finalidade de realizar o inventário "in loco", razão pela qual ela está aguardando a finalização desse trabalho, para ter uma exatidão das informações, em vista de que através de telefonemas já realizados pela Coordenadoria, e expedição de um questionário remetido a todos as Promotorias de Justiça, não foi possível concluir o levantamento com exatidão. Em seguida, Dr. Alcides falou aos demais membros da visita realizada pela Exma. Sr^a. Procuradora-Geral de Justiça, acompanhada de alguns integrantes deste Comitê, ao Tribunal de Justiça do Estado, com a finalidade de colher informações sobre quais as medidas que estão sendo adotadas pelo Tribunal para dar cumprimento aos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que introduziu em nosso ordenamento jurídico a informatização do processo judicial; destacou a oportunidade de buscar parceria para ter acesso aos sistemas existentes e desenvolver módulos para o Ministério Público, aproveitando os sistemas implementados por àquela Corte. Com a palavra, o Dr. Cláudio, falou sobre a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - INFOSEG, sistema de grande utilidade para auxiliar o trabalho do Promotor de Justiça; sublinhou que, atualmente, o Ministério Público tem um acesso cedido pela Secretaria Segurança e Defesa do Estado, razão pela qual já foi expedida correspondência ao Secretário Nacional de Segurança para formalizar a atividade direta do Ministério Público paraibano, que poderá, inclusive, alimentar o banco de dados. Sobre o assunto, o Dr. Gustavo Amorim, fez uso da palavra e sugeriu que no momento a Instituição deveria apenas utilizar o INFOSEG para consulta, ficando a atividade de alimentação do banco de dados quando a Instituição estiver, pelo menos, com a rede de Internet em todas as Promotorias de Justiça do Estado. Ainda com a palavra o Dr. Gustavo Amorim, falou aos demais de seu compromisso em manter contato com o Parque Tecnológico de Campina Grande, com a finalidade de buscar parceria para o desenvolvimento de software para atendimento a área fim da Instituição, mas que não foi possível fazer esta visita; noticiou, porém, que manteve entendimento verbal com o representante da Associação Técnica Científica - ATECEL, Associação que desenvolveu o sistema de informática da Universidade Federal de Campina Grande. Na ocasião, o representante fez um esboço do que poderá ser um sistema para a área fim, que intitulou de Sistema de Informação do Ministério Público - SIMPE, podendo elaborá-lo num prazo de noventa dias, fazendo-o com o código aberto. O responsável pela ATECEL mostrou interesse de ter o Ministério Público como

laboratório, pois conhece a estrutura da Instituição. O esboço do projeto foi apresentado em seguida, no *data show*, para os membros do Comitê e todos os presentes concordaram com o traçado inicial, mas Doutor Gustavo ressaltou que a execução teria um custo para o Ministério Público e, certamente, seria através de procedimento licitatório. Diante dessa posição, os Doutores Gustavo e Alexandre César, perguntaram ao programador Daniel Falcão se ele concordaria que seja desenvolvido externamente um sistema similar ou se existe estrutura para o sistema em questão ser elaborado pela Instituição. O servidor Daniel falou que não aconselhava adquirir o software através de terceiros e que recentemente visitou a Curadoria da Infância a pedido dos Doutores Alley e Soraya Escorel, ocasião em que aqueles Promotores solicitaram um programa de informática para a execução dos trabalhos de todas as Curadorias do Estado, incluindo o mapa de localização dos Membros. Disse logo após, que estava em fase de planejamento o projeto de informatização do Ministério Público. Em seguida, a Coordenadora Maria José ponderou que o quantitativo de recursos humanos do Ministério Público é insuficiente para a demanda dos trabalhos necessários, pois usualmente, os dois únicos programadores existentes, também exercem a atividade de atendimento ao usuário. Em seguida, com a palavra Doutor Gustavo Amorim, este solicitou ao Técnico Daniel que apresentasse, já na próxima reunião ordinária do Comitê, prevista para o dia 05 de novembro vindouro, um cronograma de execução para a elaboração e implantação de um sistema para a área fim, pois só assim, os membros poderiam optar entre adquirir a terceiros ou desenvolver um sistema na própria Instituição. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou sobre o andamento do processo para aquisição de cento e trinta microcomputadores e se ainda poderia ser acrescentado mais notebooks para serem destinadas as Procuradorias/DIAFU, para suporte aos trabalhos dos Procuradores e Promotores Convocados perante as Câmaras, Cíveis e Criminal, do TJPB. A Diretora de Planejamento, falou que tanto o processo de aquisição de equipamentos através da adesão ao registro de preços do Ministério Público do Rio Grande do Sul quanto o de pregão eletrônico, ainda estão em tramitação e, portanto, existe a possibilidade de solicitar alteração no quantitativo a ser adquirido. Em seguida Daniel Falcão apresentou aos membros do Comitê o novo *layout* do *site* da Instituição, que foi aprovado por todos, com solicitação de pequenas alterações e recomendação de que se tivesse bastante cautela ao veicular notícias para se evitar algumas impropriedades ocasionalmente observadas. O Técnico Daniel sugeriu que os documentos de texto a serem veiculadas no *site*, sejam em PDF, para evitar-se possíveis alterações de terceiros no conteúdo do *site*. Doutor Alcides Jansen, sugeriu que a Coordenadoria de Informática ficaria responsável em transformar todos os documentos de textos a serem inseridos no *site* para a extensão PDF. A sugestão foi acatada por unanimidade. Na ocasião, ficou acertado que o Secretário-Geral vai autorizar, no momento oportuno, a data de implantação da nova página de *web* do Ministério Público. Dr. Alcides questionou se existe alguma pendência para reunião do CNPG em Brasília, a realizar-se nos dias 18 e

19 do 10/2007. A Coordenadora Maria José e o Dr. Gustavo Amorim, que estiveram presentes na reunião anterior, colocaram que seriam avaliados os questionários com os Inventários dos Sistemas dos Ministérios Públicos, a nível nacional. Seria discutida uma proposta para um sistema único para a atividade fim do MP e que o Presidente da Comissão traria uma posição de proposta do Conselho Nacional de Justiça, a ser apresentada na reunião. Retomando a palavra, Dr. Alcides propôs um voto de aplauso aos Doutores José Raimundo de Lima, Lúcio Mendes Cavalcante e Fabiana Maria Lobo da Silva pela iniciativa da criação do grupo MPPB debates on-line, sendo aprovado por unanimidade. Solicitou que a Secretária do Comitê expedisse correspondência comunicando-os do fato. Com a palavra Dr. Gustavo propôs que na próxima pauta constasse para discussão dos membros do Comitê o tema a proteção de dados e a transparência dos atos do Ministério Público, apontando a necessidade de se criar um link no site da Instituição com os Atos Institucionais, para que a partir do momento que a Procuradora-Geral de Justiça os assinasse, houvesse a disponibilização naquela página, mesmo antes de ser publicado no 2º caderno do Diário da Justiça. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 16 de outubro de 2007.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Marlene Pereira da Silva
Diretora de Planejamento em exercício

Maria José Gomes de Oliveira
Coordenadora de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Programador